Proc. TC-007.461/2010-0
Tomada de Contas Especial

Parecer

Inicialmente, esclarecemos que o pedido de vista destes autos se refere não propriamente ao mérito desta TCE, em relação ao qual, diga-se de passagem, concordamos com as instâncias que se manifestaram previamente, mas diz respeito a questão acessória, concernente à possibilidade de aplicação de sanção aos gestores.

2. Com efeito, examinando o contexto fático exposto pelo eminente Relator na fase de discussão do presente feito, vislumbramos a necessidade de refletir melhor sobre o questionamento levantado pelo *Parquet* acerca da impossibilidade de aplicação de multa aos responsáveis por estas contas especiais, ante o julgamento definitivo de suas contas ordinárias de 1998 ocorrido no ano de 1999, por meio da Relação n.º 51/99 da 1.ª Câmara (*in Ata n.º 36/99*).

3. Como visto, as contas de 1998 dos dirigentes do extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – Cefet/PA, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, foram julgadas regulares com ressalva pelo TCU em 1999, com a expedição de quitação aos responsáveis, nos termos do art. 18 da Lei n.º 8.443/1992.

4. Não obstante o julgamento retro, ao apreciar o TC 016.089/2002-4 (Acórdão n.º 1.735/2009 – 2.ª Câmara), o Tribunal determinou a instauração de diversas TCEs em desfavor dos então gestores do Cefet/PA, para apurar cerca de 84 irregularidades a eles atribuídas, sendo este processo uma delas, com o objeto específico de verificar a origem e legalidade da despesa concernente à Ordem Bancária n.º 98OB00041, no valor de R\$ 55.500,00.

5. O ponto fulcral de nosso exame consiste em perquirir se aquele julgamento ordinário das contas constitui ou não fato impeditivo à aplicação da sanção prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992, conforme suscitado pelo pelo ilustre membro do Ministério Público subscritor do parecer de peça n.º 8, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, o qual se pronunciou pela impossibilidade.

6. Em linha de concordância com o ilustre representante do MP/TCU, entendemos ser inviável, no caso concreto, o exercício sancionatório pela Corte de Contas.

7. A propósito, o art. 206 do Regimento Interno então vigente, aprovado pela Resolução TCU n.º 155/2002, estatuiu que “a decisão definitiva em processo de tomada ou prestação de contas ordinária constituirá fato impeditivo da imposição de multa ou débito”.

8. Pois bem, essa norma, longe de vincular o Tribunal apenas internamente (ou de nem vinculá-lo), representa antes de qualquer coisa um conjunto de procedimentos e garantias processuais e materiais ao jurisdicionado, que delas extrai direitos e elementos de segurança jurídica, criando um sistema de direitos e garantias mínimos ao administrador público.

9. Entender o contrário seria propiciar que outros limites fossem rompidos a ponto de, por exemplo, deixar ao alvedrio puro e simples do Tribunal admitir o Agravo, dissociadamente do devido enquadramento nas hipóteses previamente delimitadas pela norma regulamentar, ante o fato de a previsão deste recurso restar reconhecida apenas regimentalmente, sob a compreensão de que dela não emanaria qualquer garantia processual ao jurisdicionado, nem mesmo como condicionadora da atuação do Tribunal, do que certamente não cogitamos.

10. O mesmo raciocínio se aplicaria também ao poder geral de cautela introduzido pelo art. 276 do RI/TCU, o qual, antes mesmo de ter sido reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal – STF, já estava positivado regimentalmente, cuja disciplina se destina tanto ao TCU quanto a terceiros.

11. De fato, a elaboração do regimento constituía, como até hoje constitui, regimento de produção do próprio TCU, no exercício de sua competência privativa extraída do art. 73, *caput*, c/c o art. 96, inciso I, letra “a”, da Lei Maior, com nítido caráter normativo, portanto com caráter geral e abstrato.

12. Essa percepção, aliás, se presta a conferir às decisões da Corte maior autoridade e estabilidade, em tudo condizentes com uma manifestação final de um Tribunal com um colorido quase jurisdicional, como já disse o STF.

13. Caso se entenda que a decisão definitiva do Tribunal sobre as contas ordinárias de 1998 do Cefet/PA, proferida em 1999, sob a égide de um regramento próprio, não produziu nenhum daqueles efeitos previstos no art. 206 do RI/TCU, mesmo com o trânsito em julgado dela em 2004 (quanto em plena vigência o normativo em sua redação anterior), a Corte estará fragilizando o alcance de suas deliberações pretéritas, visto que delas não provirão sequer as consequências expressamente estabelecidas à época.

14. Veja que em 2004 a deliberação do TCU que julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis e lhes deu quitação se tornou definitiva, insuscetível até mesmo de revisão pela via recursal. Da mesma forma, forçoso perceber que à época não era possível aplicar multa ou outro tipo de sanção aos gestores por fatos ocorridos em exercícios já apreciados pela Corte.

15. Desse modo, os efeitos da decisão do TCU sobre as contas ordinárias, em conformidade com os normativos vigentes à época, já se exauriram há muito e criaram, sim, com as devidas vênias, direitos subjetivos aos seus destinatários, pois representavam o pensamento do Tribunal consubstanciado no próprio Regimento Interno, norma de caráter geral e tendo como destinatários não apenas o próprio Tribunal, mas todo o universo de jurisdicionados, constituindo verdadeiro instrumento de segurança jurídica e de estabilidade de suas decisões.

16. De outra sorte, mesmo que se alegue que a possibilidade de multa já era prevista na lei, e o Regimento dela não poderia se afastar, também não é menos legítimo se afirmar que a quitação decorrente do julgamento pela regularidade ou regularidade com ressalva das contas também é matéria expressamente tratada pela Lei n.º 8.443/1992, cujos efeitos apenas foram disciplinados pela norma infralegal, especificamente pelo art. 206 do RI/TCU.

17. Em outras palavras, o Tribunal, ao editar o art. 206 do RI/TCU, entendeu que o alcance de suas decisões proferidas em processos de contas ordinárias era o mais amplo possível, conferindo-se a máxima eficácia ao instituto da quitação, como se “certidão negativa” de atos irregulares fosse, de sorte a abranger todos os atos daquele exercício. Posteriormente, no entanto, como todos sabemos, esse alcance foi mitigado para abranger apenas os atos e fatos expressamente tratados no processo de contas ordinário.

18. Cabe registrar, todavia, que à época em que se tornou definitiva a decisão das contas do Cefet/PA de 1998, vigia o referido diploma normativo, o qual impossibilitava a imposição de sanção aos responsáveis com contas já julgadas, dada a abrangência da quitação pela Corte.

19. Com essas considerações, esta representante do Ministério Público endossa o Parecer do Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado nestes autos e se manifesta pela irregularidade das contas dos responsáveis, com a sua condenação ao pagamento do débito apurado nos autos, e sem a aplicação da sanção prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/1992.

Ministério Público, 1.º de outubro de 2013.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral